



XVI JORNADA ACADÊMICA

Educação, Memória e História: Os desafios
no processo de redemocratização do Brasil

ISSN 2965-0615

Programa de Pós-Graduação
EDUCAÇÃO
Mestrado e Doutorado



UNISC

A INSTITUIÇÃO ESCOLAR E O PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO: UMA ANÁLISE CRÍTICA ACERCA DO DIREITO À EDUCAÇÃO E DOS INTERESSES DO CAPITAL

Cristiane Muller¹

Lucijane Ferreira da Silva¹

Camilo Darsie¹

EIXO TEMÁTICO 02: ESTADO, ESCOLA E DEMOCRACIA

A Constituição Federal de 1988 representou um marco na história do Brasil em relação ao direito à educação, consolidando princípios de cidadania, direitos sociais e garantias individuais. Em seu artigo 205, refere que a educação é “direito de todos e dever do Estado e da família”, com a finalidade de promover o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988, s/n). A educação, portanto, é um direito fundamental e uma ferramenta essencial para a construção de uma sociedade democrática e inclusiva. Legitimamente, o direito ao ensino fundamental já foi reconhecido no ano de 1934. Em 1967, passou a ter sua duração ampliada de 04 para 08 anos e se tornou obrigatório para a faixa etária dos 07 aos 14 anos. A partir de emenda constitucional do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) e das alterações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a educação assumiu o caráter obrigatório e totalmente gratuito (Cury, 2007). Em 2013, a Lei nº 12.796 passou a abranger a idade da obrigatoriedade e gratuidade dos 04 aos 17 anos de idade, compreendendo pré-escola, ensino fundamental e ensino médio (Brasil, 2013). Apesar dos avanços assegurados pela Constituição de 1988, a efetivação do acesso universal e de qualidade à educação continua a ser um desafio no Brasil, exigindo políticas públicas contínuas e eficazes para assegurar que todos os brasileiros tenham acesso a uma educação de qualidade, democrática e inclusiva (Marinelli; Tamaoki, 2021). Porém, é necessário realizar uma análise crítica dos atravessamentos envolvidos nas políticas de educação brasileira. O acesso a esse direito e suas tentativas de torná-la mais inclusiva é tão complexo quanto a tentativa de garantir uma sociedade mais justa e igualitária, permeado por outros interesses, especialmente econômicos. A instituição escolar passou a ser compreendida como parte do mercado. Ao ampliar o acesso à educação e programas de capacitação, o Estado busca não apenas promover igualdade de oportunidades, mas também garantir que a economia tenha os trabalhadores qualificados necessários para manter a produção e o crescimento (Carvalho, 2014). Para Foucault (1977), a escola é um espaço responsável por reproduzir os discursos de verdade e poder, com o objetivo de disciplinar e docilizar os corpos. Exemplo disso é abordado por Darsie (2022), ao discutir o quanto a economia se articulou às práticas escolares, especialmente após a pandemia de covid-19, reforçando ideais neoliberais. Desta forma, o presente trabalho visa abordar uma análise crítica acerca das mudanças na legislação e práticas dentro dos processos de redemocratização da educação. Para isso, leva-se em conta a observação do contexto capitalista envolvido numa perspectiva foucaultiana e que a análise de políticas públicas educacionais em diferentes períodos históricos fornece uma visão mais clara dos avanços, desafios e alterações do mercado. Desde o período Vargas, as políticas educacionais frequentemente priorizaram a formação técnica e profissional (Oli-

¹ Universidade de Santa Cruz do Sul - Unisc.

veira et al, 2023), o que reflete numa relação direta entre o sistema educacional e os interesses do capital. O ensino médio, ao longo das décadas, passou por várias reformas e adaptações, muitas delas influenciadas pela necessidade de atender a um mercado de trabalho em constante transformação. Essa ênfase em preparar os jovens para o mercado de trabalho pode ser interpretada como uma resposta ao capitalismo globalizado. Foucault (1977) argumenta que assim como as escolas, as instituições sociais funcionam como aparelhos disciplinares que ensinam os indivíduos determinadas normas e padrões de comportamento. No ensino médio, as reformas recentes do currículo são instrumentos poderosos na formação da subjetividade. Estas evidenciam uma formação mais voltada à tecnicidade e objetividade, aumentando as matérias mais “úteis” ou mais “práticas”. Enquanto isso, os componentes que propiciam maiores processos reflexivos estão em processo de diminuição e/ou exclusão do currículo, propiciando a formação de futuros trabalhadores menos pensantes e mais voltados à simples reprodução do mercado, resultando em sujeitos menos questionadores. A sobrecarga de trabalho dos profissionais da educação também influi diretamente na formação dos escolares. A lógica da constante produtividade reflete em profissionais mais ocupados com burocracias e tentando dar conta de todas as exigências do Estado - que surgem com a justificativa de melhoria da educação (Menchise; Ferreira; Álvarez, 2023). Por consequência, a atuação dos profissionais da educação permeia-se, cada vez mais, com um olhar menos reflexivo acerca de suas práticas. Nesse sentido, os orientadores educacionais atuam como um ponto de apoio, oferecendo orientação tanto para o desenvolvimento profissional quanto para questões pessoais e emocionais. O orientador auxilia na mediação de conflitos, facilita a comunicação entre professores, alunos e famílias, buscando promover o autocuidado. Atualmente, estes buscam suporte de profissionais da Psicologia para lidar com as demandas, especialmente as emocionais. Observa-se ainda que o interesse econômico também está presente em práticas de promoção à saúde mental, afinal seres “improdutivos” não são do interesse do capital. Outra mudança significativa que pode ser observada nas últimas décadas é a relação entre professor-aluno dentro do contexto escolar. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, assegurou a proteção à infância (Brasil, 1990). A partir disto, as relações dentro do contexto escolar passaram por modificações e as manifestações de poder saíram de um lugar de soberania, ocupado pela figura do professor, para o disciplinar: todos observam e fiscalizam uns aos outros, disseminando as concepções do que seria “certo” e “errado”. Essa forma de poder acaba por exercer o controle de forma muito mais coletiva e efetiva, pois torna-a muito difícil de ser combatida e até mesmo percebida, visto que o poder não está concentrado em pessoas específicas e muito mais difícil de ser notada por ser intrínseca às relações humanas (Soares, 2019). O exercício do poder dentro das escolas conforme os interesses do capitalismo também pode ser observado nas relações com as pessoas com deficiência ou transtorno mental. Num primeiro momento, predominou a política higienista de exclusão, em que indivíduos vistos como “improdutivos” e sem “valia” eram excluídos do contexto escolar e do convívio em sociedade. Depois houve a movimentação de inserir esses indivíduos nas escolas, porém num sentido de separar os alunos “normais” dos “anormais”. Em outro momento, modificou-se para a política de integração, em que foram realizados os processos de juntar todos os escolares dentro da mesma sala, porém sem nenhuma adaptação para aqueles com dificuldades. Por fim, migrou-se para uma concepção de que a educação deveria ser inclusiva, em que todos deveriam permanecer na mesma sala, porém todos com as adaptações necessárias para o sucesso escolar para garantir o bom andamento dos processos ensino-aprendizagem e aquisição de outras habilidades (Rech, 2010). A partir disso, observa-se que o mercado se volta para a necessidade de tornar os indivíduos “úteis” para produzir, cobrando o desenvolvimento individual sem qualquer ferramenta adequada para sua adaptação e possibilitando a adoção de alguns recursos para que todos consigam “entrar na competição”. Também é visível toda a concepção individualista acerca desses processos, culpabilizando os sujeitos que não conseguem atingir determinados patamares da competição. Desta forma, há a invisibilidade das formas de como ocorre o controle dos corpos, atribuindo a responsabilidade dos sucessos e insucessos aos processos individuais de cada um e resultando na culpabilização dos sujeitos e no adoecimento. Por fim, a partir do processo de análise histórica, social e econômica, conclui-se que o ensino é muitas vezes visto como um investimento individual, uma ferramenta para o sucesso econômico. O sistema educativo está orientado para formar mão-de-obra qualificada que responda às necessidades do mercado, promovendo

competências que são valorizadas pelo capitalismo, como a inovação e a produtividade. As escolas não apenas ensinam, mas também moldam a conduta dos alunos, regulam seus corpos e comportamentos e contribuem para a formação de sujeitos obedientes e produtivos na sociedade. Por outro lado, a mercantilização do ensino reforça a desigualdade social, ao mesmo tempo que limita a acessibilidade à educação. Esta visão do ensino como mercadoria pode, em alguns casos, desvalorizar a importância de uma educação crítica e humanística, focada no desenvolvimento integral do indivíduo. A relação entre educação, inclusão escolar, ensino, capitalismo e democracia é intrinsecamente complexa. Assim, o impacto da economia no ensino pode levar a desigualdades, ao valorizar apenas o sucesso econômico em detrimento do desenvolvimento integral do indivíduo. Para garantir uma educação verdadeiramente inclusiva e democrática, é necessário um esforço contínuo para equilibrar os interesses econômicos e os valores sociais e humanísticos.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Inclusão Escolar; Ensino; Capitalismo; Democracia.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2013.

CARVALHO, Alexandre Filordi de. Foucault e a crítica à institucionalização da educação: implicações para as artes de governo. **Pro-Posições**, v. 25, p. 103-120, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/h3xV-VHY7SzcLyTc34pJyJKF/?lang=pt>. Acesso em: 14 set. 2024.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A gestão democrática na escola e o direito à educação. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 23, n. 3, 2007.

DARSIE, Camilo. Pós-pandemia, Neoliberalismo e Educação. In: Claudionei Lucimar Gengnagel. (Org.). **Ensino de ciências humanas: considerações, críticas e alternativas contemporâneas: volume II**. 1ed. Passo Fundo - RS: Editora da UPF, 2022, v. 2, p. 87-101.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1977.

MARINELLI, Bianca; TAMAOKI, Fabiana. O DIREITO FUNDAMENTAL À EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL. **Revista de Constitucionalização do Direito Brasileiro**, v. 4, n. 2, p. 154-174, 2021. Disponível em: <https://revistareconto.com.br/index.php/reconto/article/view/69>. Acesso em: 14 set. 2024.

MENCHISE, Rose Mary; FERREIRA, Diogo Menchise; ÁLVAREZ, Antón Lois Fernandez. Neoliberalismo, políticas públicas e desigualdade: Uma análise principalmente do Brasil. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 16, n. 1, p. 1-21, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dilemas/a/XzRkRqdpMR-pMJWqcQF3d8wK/>. Acesso em: 14 set. 2024.

OLIVEIRA, Aline Lima et al. Era Vargas e a educação: um estudo do contexto histórico e político dos avanços educacionais da época. **Revista Educação Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 39, p. 10, 2023. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/23/39/era-vargas-e-a-educacao-um-estudo-do-contexto-historico-e-politico-dos-avancos-educacionais-da-epoca>. Acesso em: 12 set. 2024.

RECH, Tatiana Luiza. A emergência da inclusão escolar no Brasil. In: THOMA, Adriana; HILLESHEIM, Betina. (Orgs.). **Políticas de inclusão**: gerenciando riscos e governando as diferenças. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010, p. 19-34.

SOARES, Aliane Silva Alves. **Educação e biopolítica em Michel Foucault**. Tese (Pós Graduação em Filosofia) - Universidade Federal do Paraná, Montes Claros, 2019.